

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Participações" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### 1 - INTRODUÇÃO

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Americel S.A. (América):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (BrasilCenter):** Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Claro S.A. (Claro):** Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal - SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC e Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como "*Streaming*", Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (Claro NXT):** Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. (Claro Pay Holding):** Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").
- Claro Pay S.A. - Instituição de Pagamento (Claro Pay):** Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. Em 21 de fevereiro de 2025 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo BACEN para funcionamento da controlada Claro Pay como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (Tvsat):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia):** Prestação de Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina):** Prestação de Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México):** Prestação de Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Musica LLC (EUA):** Prestação de Serviços de Valor Adicionado - *SVA*, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Revc Comércio e Participações Ltda. (Revc):** Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmax do Brasil S.A. (TdB):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

### 2 - Cenário Macroeconômico

De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3% em 2025, o menor resultado desde a pandemia. Mesmo com sinais de desaceleração, os dados demonstram que praticamente todas as atividades econômicas apresentaram expansão.

De acordo com as informações divulgadas, o setor de serviços manteve desempenho positivo em 2025, registrando crescimento em todas as suas atividades, mesmo em um cenário de desaceleração econômica. No que diz respeito ao consumo das famílias, houve avanço de 1,3% no ano, embora em ritmo menor que em 2024. Esse movimento reflete, em grande parte, a combinação de fatores como a queda da taxa de desemprego, a melhora do mercado de trabalho e a ampliação do acesso ao crédito, além do impacto contínuo dos programas governamentais de transferência de renda, elementos que contribuíram para sustentar o poder de compra das famílias ao longo do período.

Este comportamento de menor ritmo do crescimento econômico muito se deve à política monetária contractionista do Banco Central, com a manutenção da taxa de juros elevada ao longo de todo o ano. A taxa Selic que influencia as demais taxas de juros do país, quando elevada, age de forma restritiva na economia, encarecendo o crédito, desestimulando os investimentos e o consumo. A taxa Selic iniciou o ano a 12,25% ao ano, atingiu em junho 15% ao ano e assim se manteve pelos meses seguintes. Por outro lado, a taxa de câmbio da moeda norte-americana apresentou uma queda de 11,14%, fechando o ano cotada a R\$5,50, contra a taxa de fechamento de 2024 que foi de R\$6,19.

Taxas de juros elevadas tiram força ao crescimento econômico. Nesse sentido, o Banco Central sinalizou, em reunião do Comitê de Política Monetária ("Copom"), a estratégia de iniciar, a partir do primeiro trimestre de 2026, um ciclo de redução da taxa Selic, e a expectativa é de encerrar o ano a 12,00% ao ano, conforme dados do Relatório Focus (base: 27/02/2026).

A indústria brasileira deverá ser o setor mais penalizado pela política monetária contractionista, crescendo ainda menos em 2026 e, de forma geral, mantendo a trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica.

A nível global, em um ambiente externo de maiores incertezas diante de um cenário de extrema tensão geopolítica, para 2026 é esperada uma desaceleração econômica que pode gerar reflexos relevantes nos países, inclusive do Brasil.

### 3 - DESTAQUES DO ANO

A partir desta seção se adotará o termo "Claro" quando se referir a aspectos do negócio como um todo, e/ou "Claro Empresas" quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

O ano de 2025 foi marcado por eventos e conquistas relevantes, conforme destacado a seguir:

- Em dezembro de 2025 foi assinado termo que formalizou a adaptação dos contratos que regiam a concessão do serviço de telefonia fixa comutado de longa distância para o regime de autorização. Com a conclusão deste processo: (i) os bens utilizados para a prestação dos mencionados serviços deixaram de ser considerados reversíveis, ficando livres de ônus ou restrições; (ii) foram estabelecidos compromissos de investimentos e manutenção de longo prazo; (iii) e foram extintos determinados litígios relacionados à concessão;
- A Claro foi vencedora do prêmio Estado Empresas Mais 2025, um dos principais rankings empresariais do país, promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, que reconhece as empresas com melhor performance financeira, além da consistência histórica;
- A Claro foi reconhecida pelo *Speedtest Awards*, da Ookla, como a melhor rede 5G do Brasil e a rede fixa mais bem avaliada do país. Com base nos resultados do primeiro semestre de 2025, a Claro apresentou também as medições Wi-Fi mais rápidas do Brasil, consolidando-se como a das poucas empresas no mundo a conquistar excelência em performance tanto na rede móvel quanto na fixa - um reconhecimento que reforça a qualidade e confiabilidade da sua conectividade para milhões de brasileiros;
- A Claro foi destaque no prêmio MIT *Innovation Workplaces* 2025, reconhecida por suas práticas de inovação e digitalização de serviços. O estudo destaca o investimento contínuo da Claro em plataformas digitais, inteligência artificial e soluções que elevam a experiência do cliente e a eficiência operacional;
- A Claro anunciou uma parceria inédita com a OpenAI para integrar o ChatGPT aos planos, permitindo a utilização da versão ChatGPT Plus por clientes Claro Multi gratuitamente durante o período da oferta;
- Como patrocinadora exclusiva da expansão do projeto Abrigo Amigo para 8 cidades e mais de 600 abrigos de transporte coletivo, a Claro ofereceu suporte remoto a mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade nos abrigos de espera. A iniciativa permite o acionamento de atendimento operacional através da conectividade Claro, durante o período noturno, materializando o compromisso da empresa em unir tecnologia, inovação e propósito para o bem da sociedade;
- A Claro se destacou como a primeira operadora de telecomunicações no Brasil a conquistar, de forma simultânea, as certificações ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance). Essa conquista reforça o compromisso com o mais alto padrão global de governança;
- A Claro também conquistou a certificação ISO 45001 em alguns de seus *Data Centers* - norma internacional que define requisitos para um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional. Essa conquista representa um marco estratégico para a Companhia, especialmente diante da complexidade e do porte de suas operações no setor de telecomunicações;
- A Claro anunciou que a Embratel agora é Claro Empresas. O movimento tem o objetivo de unir todo o conhecimento de tecnologia e conectividade em uma só marca, e reforçar o atendimento em negócios de todos os portes e segmentos.

### 4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir alguns destaques com relação ao desempenho operacional no ano de 2025:

#### Serviços Móveis

Nas capitais brasileiras e nas cidades com populações acima de 1 milhão de habitantes, a Claro manteve sua liderança no mercado móvel pós-pago, com 39% de participação de mercado. Em 2025, alcançamos a marca de 20,7 milhões de clientes 5G, com 35,6% de participação de mercado.

A Claro encerrou 2025 com um total de 89,5 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 775 mil linhas portadas no ano.

No pós-pago encerramos o ano com 58,4 milhões de linhas, adicionando 4,5 milhões nos últimos doze meses e representando 65,3% da base total (+3,4 p.p. na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade e aceleração das migrações de clientes pré-pagos.

A base pré-pago atingiu 31,1 milhões de linhas em 2025, com 33,0% de participação no mercado. O ano de 2025 apresentou forte aceleração em recargas, contribuindo para o crescimento da receita móvel, com destaque para a participação dos canais digitais próprios, oferecendo mais comodidade e benefícios.

#### Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com aproximadamente 363,2 mil adições líquidas em 2025, e segue liderando o mercado brasileiro, com 19,7% de participação de mercado no final do ano. No segmento de "*ultra-high speeds*" (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 23,0% em participação de mercado em 2025.

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 46,6% de participação de mercado em 2025, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A Claro vem adicionando novas plataformas de *streaming*, novas funcionalidades e soluções com a melhor experiência para consumir entretenimento em casa ou fora de casa.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 13,7% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para melhorar a experiência dos clientes, fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

#### Mercado Corporativo

A Claro Empresas manteve em 2025 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: *Cloud*, Segurança, Pós-Pago, *Internet*, *Omnichannel* e *M2M/IOT*.

A Claro Empresas lançou um novo portfólio de serviços de inteligência de dados para apoiar empresas na adoção de uma cultura orientada por dados ("*data driver*"). As soluções abrangem desde a avaliação da maturidade dos dados até a implementação de governança, compliance e privacidade, com foco na conformidade com a LGPD. O portfólio também inclui BI, *Analytics* e consultoria especializada.

A Claro Empresas anunciou o lançamento da Fábrica SAP, uma solução voltada para empresas de médio e grande portes que oferece um conjunto completo de serviços para implementação, desenvolvimento, customização e integração de ambientes SAP.

A Claro Empresas demonstrou, durante a edição de 2025 da Futurecom, em São Paulo, um novo conjunto de soluções voltadas à automação, segurança e digitalização de processos empresariais, baseadas em conectividade 5G com *network slicing* e aplicações de Inteligência Artificial. As soluções foram desenvolvidas para atender às demandas de setores como logística, varejo, indústria e serviços.

A Claro Empresas foi responsável por toda a infraestrutura de telecomunicações e tecnologia da informação da Fórmula 1 MSC Cruises Grande Prêmio de São Paulo 2025, garantindo a conectividade do evento pelo 19º ano consecutivo. Nesta edição, a Claro Empresas integrou soluções avançadas — como fibra óptica, Wi-Fi 6, SD-WAN, GPON e conectividade 5G — assegurando máxima performance, estabilidade e confiabilidade em toda a operação.

### 5 - DESEMPENHO FINANCEIRO

O resultado das operações divulgado no Brasil difere em alguns aspectos daquele divulgado pelo acionista controlador, que elimina efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação, conforme quadro resumo abaixo.

Em R\$ Milhões	2025			2024		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA
Claro Participações	51.812	23.387	45,1%	48.915	21.753	44,5%
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(181)	(593)		(219)	(554)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	51.631	22.794	44,1%	48.696	21.199	43,5%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária da Claro.

R\$ Milhões	Consolidado		
	2025	2024	A%
<b>Receita líquida total</b>	<b>51.812</b>	<b>48.915</b>	<b>5,9%</b>
Serviços	48.942	46.397	5,5%
Receita móvel	28.215	26.035	8,4%
Receita fixa e outros	20.727	20.362	1,8%
Aparelhos e acessórios	2.870	2.518	14,0%
<b>EBITDA</b>	<b>23.387</b>	<b>21.753</b>	<b>7,5%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>45,1%</b>	<b>44,5%</b>	<b>0,6 p.p.</b>
<b>EBIT</b>	<b>10.707</b>	<b>9.240</b>	<b>15,9%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>20,7%</b>	<b>18,9%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

Em 2025 a receita líquida total foi de 51,8 bilhões de reais, 5,9% acima do mesmo período de 2024. Destaque para o crescimento de 8,4% na receita líquida de serviços móveis, gerado pela combinação de fatores, incluindo a liderança em portabilidade, aumento da base de pós-pago e do ARPU.

Serviços fixos totais com crescimento de receita de 1,8%, com destaque para o crescimento de 3,7% em banda larga residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

O EBITDA de 2025 totalizou 23,4 bilhões de reais, 7,5 % acima de 2024, com margem EBITDA de 45,1%, 0,6 p.p. acima do mesmo período do ano anterior. A Claro segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

### 6 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2025, a Companhia investiu R\$9,2 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

### 7 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

### 8 - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

A Claro faz parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), alinhando suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 - um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Em 2025, reforçando seu compromisso com a frente de Sustentabilidade, a Claro, assinou, de uma única vez, sete dos dez movimentos de aceleração de pautas conectadas do programa Ambição 2030.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2025 (<https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Claro-Relato%CC%81rio-2024.pdf>), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

#### Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ASG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono e também ao longo da sua cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema.

Implementado em 2017, o programa "A Energia da Claro" é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Nosso programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 122 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de aproximadamente 80% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, dentre outras ações relevantes. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem também somente energia limpa.

Em 2025, mais de 5,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 1,3 toneladas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos). Houve também aumento do uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 78%.

#### Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex®, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2025, 39 mil estudantes e 10 mil professores, em 302 municípios em 8 estados brasileiros com o projeto Trajetória de Sucesso Escolar.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores e para educadores. Em 2025, o portal recebeu 3,1 MM de usuários únicos.

Em sua estratégia de Inclusão Produtiva Jovem, em 2025 a Claro ultrapassou a marca de mais de 14 mil jovens contratados pelas empresas do grupo e que possuem algum marcador de vulnerabilidade social. Por essa atuação, a empresa foi convidada para participar do Pacto Nacional para Inclusão Produtiva das Juventudes do Brasil, iniciativa do Ministério do Trabalho e Empresa, UNICEF, IMIO (Um Milhão de Oportunidades UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Pacto Global. Além disso, a Claro é a líder do Grupo de Trabalho de Primeiro Emprego dentro da iniciativa.

#### Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro. A Claro conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares a prevenção, detecção e correção de situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outros. Seu objetivo é fazer os colaboradores e toda sua cadeia de valor estar em conformidade com o nosso Código de Ética, as Leis Brasileiras, como a Anticorrupção (nº 12.946/2013), e internacionais, como a Americana (FCPA), o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa, promovendo uma cultura íntegra e que todos estejam "conectados com o certo".

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos, como o Estatuto Social, Políticas, Normas e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração. O Código de Ética é dividido entre "Colaborador" e "Fornecedor, parceiro comercial e prestador de serviços", visando facilitar a leitura e direcionando o conteúdo para o público-alvo desejado.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de Compliance/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Claro possui os Comitês de Ética e de Compliance, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Corroborando todo este cenário, no segundo semestre de 2025, a Claro obteve as certificações ISO 37.001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37.301 (Gestão de Compliance), demonstrando, via reconhecimento externo, a aplicação das melhores práticas de mercado.

A Claro também possui uma estrutura robusta para acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir o correto uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela LGPD, bem como divulga regularmente em seu portal o número de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de *cookies* e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus *stakeholders* de forma segura e transparente.

### 9 - RECURSOS HUMANOS

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, colocando-as no centro de sua estratégia para sustentar um crescimento forte, responsável e alinhado aos objetivos do negócio.

Em 2025, as mais de 35 mil pessoas colaboradoras distribuídas por todo o Brasil fortaleceram ainda mais sua conexão com a cultura e o jeito de ser Claro. Nesse movimento, aprimoramos nossa atuação colaborativa para desenvolver serviços e produtos inovadores, mantendo foco absoluto no Cliente e na busca pelos melhores resultados.

Somos um time plural. A diversidade e a inclusão são fundamentos da nossa cultura e orientam nossas práticas diárias. Promovemos o respeito e tratamos cada pessoa com dignidade e profissionalismo, conforme os princípios do nosso Código de Ética. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos — pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, equidade racial e LGBTQIAPN+. Na maior parte desses eixos, apresentamos níveis de representatividade compatíveis com as médias de mercado praticadas por empresas de grande porte.

Comprometidos com nossos valores e convicções de que a diversidade nos complementa e fortalece, seguimos promovendo iniciativas que constroem um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo. Em 2025, ampliamos a representatividade em todos os eixos. Destacamos:

- Equidade Racial - crescimento de 8,85% no número de pessoas pretas e pardas em relação a 2024;
- Pessoas com Deficiência - aumento de 13,74%, encerrando o ano com 1.887 colaboradores.
- Como parte de sua estratégia ASG, a Claro aderiu, em 2025, a importantes Movimentos que reforçam seu compromisso com um ambiente mais inclusivo e representativo até 2030, entre eles o Movimento Raça é Prioridade e o Elas Lideram.
- Também destacamos o Programa Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão de jovens no mercado de trabalho. Encerramos o ano com 891 jovens aprendizes atuando nos escritórios do grupo, em todo o país.
- Paralelamente, o Programa de Estágio ganhou ainda mais força: recebemos 10.360 candidaturas, uma média de 280 candidatos por vaga. Após o processo seletivo, 49 estagiários foram contratados para diversas áreas e, ao final do ciclo, 47 jovens foram efetivados, reforçando nosso compromisso com a formação e retenção de talentos.

Para estimular o autodesenvolvimento e manter nossos colaboradores atualizados, ampliamos significativamente nossas ações de capacitação por meio da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento. Em 2025, chegamos a 301.036 conclusões de treinamentos. O portfólio da plataforma oferece cerca de 3.000 cursos, abrangendo conteúdos de inovação, área comercial, temas técnicos, saúde e bem-estar. Entre os destaques do ano:

- O Programa de Desenvolvimento da Liderança, que capacitou presencialmente, neste ano, 2.593 líderes nos temas Cultura de Feedback;
- O treinamento de ética, compliance e segurança da informação.

Por fim, reforçamos nosso compromisso em oferecer a melhor experiência na jornada do colaborador. A área de Recursos Humanos segue atuando com foco em *Employee Experience*, conduzindo pesquisas de satisfação referentes aos sistemas corporativos, ao RH, às áreas administrativas e à pesquisa de clima organizacional. Esses indicadores orientam decisões estratégicas e contribuem para a construção de um ambiente no qual as pessoas sintam orgulho de trabalhar e pertencer.

#### Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece o apoio e confiança dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, instituições financeiras, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam incansavelmente com dedicação para que a Companhia pudesse alcançar os objetivos de atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

#### A Administração





# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



→ continuação

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	2025	2024	2025	2024	Reserva de lucros a realizar	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) em transações de capital		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.509.569</b>	<b>331.323</b>	<b>6.278.639</b>						<b>9.237.431</b>	<b>18.997.830</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(642.507)	(642.507)	-	-	(664.107)	(1.306.614)
Absorção prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 20)	2.207.845	-	-	-	-	-	-	-	-	2.207.845
Reflexo de outras movimentações	-	-	-	-	-	(67)	-	-	-	(67)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20)	-	-	16.501	-	-	-	-	-	-	(8)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	1.664	-	-	1.087
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	88.740	1.978	-	3.642
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.717.414</b>	<b>331.323</b>	<b>5.652.566</b>						<b>11.432.575</b>	<b>20.107.795</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.461.484	(123.074)	-	-	-	2.461.484
Constituição de reserva legal	-	123.074	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.384)	(1.997)
Aumento de capital (Nota 20)	7.483.889	(331.323)	(5.652.566)	-	(1.500.000)	-	-	-	-	(25.381)
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 20)	-	-	815.026	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	604	-	-	637
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	57.032	-	57.032	58.351
Mudança de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>19.201.303</b>	<b>123.074</b>	<b>815.026</b>						<b>10.977.867</b>	<b>24.906.178</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido básico e diluído por ações)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rec receita operacional, líquida	21	-	51.812.080	48.914.896
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	22	-	(29.451.984)	(28.490.155)
<b>Lucro bruto</b>	<b>22</b>	<b>(711)</b>	<b>22.360.096</b>	<b>20.424.741</b>
Despesas comerciais	22	-	(9.201.548)	(8.758.843)
Despesas gerais e administrativas	22	(711)	(4.197.739)	(3.695.684)
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.472.316	(521.316)	5.421
Outras receitas operacionais, líquidas	22	483	288	1.747.409
<b>Resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23</b>	<b>2.472.088</b>	<b>(522.008)</b>	<b>10.713.639</b>
Receitas financeiras	23	2.978	3.925	2.984.733
Despesas financeiras	23	(12.588)	(124.424)	(7.982.301)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>24</b>	<b>2.462.480</b>	<b>(642.507)</b>	<b>5.716.071</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(996)	-	(583.031)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	(425.899)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>24.61.484</b>	<b>(642.507)</b>	<b>4.707.141</b>	<b>(1.306.614)</b>
Atribuível aos acionistas controladores	24.61.484	(642.507)	2.461.484	(642.507)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	2.245.657	(664.107)
<b>Resultado por ação, em reais</b>	<b>20</b>	<b>0,00979</b>	<b>(0,00280)</b>	<b>0,00979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.461.484	(642.507)	4.707.141	(1.306.614)
<b>Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:</b>				
Ganho na atualização do plano de benefício	86.412	134.458	174.822	284.218
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício	(29.380)	(45.718)	(59.439)	(96.639)
<b>Outros resultados abrangentes líquidos reclassificados para resultado do exercício:</b>				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	604	1.664	1.241	3.642
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>57.636</b>	<b>90.404</b>	<b>116.624</b>	<b>191.221</b>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>2.519.120</b>	<b>(552.103)</b>	<b>4.823.765</b>	<b>(1.115.393)</b>
Atribuível aos acionistas controladores	2.519.120	(552.103)	2.519.120	(552.103)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	2.304.645	(563.290)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia" ou "Claro Participações") foi constituída em 27 de setembro de 2004 e é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Seu objeto social consiste em exercer o controle de companhias que exploram serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como exploração de capacidade satelital, streaming, Serviços de Valor Adicionado - SVA, call center, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos. A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- **Claro S.A. ("Claro")**: Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal - SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC e Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como "Streaming", Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- **Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT")**: Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.
- **Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat")**: Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home* - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- **Americal S.A. ("Americal")**: Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- **BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter")**: Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- **Ideas Musicales de Colombia S.A.S. ("Colômbia")**: Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- **Ideas Musicales S.A. ("Argentina")**: Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- **Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. ("México")**: Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- **Música LLC (EUA)**: Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- **Reys Comércio e Participações Ltda. ("Reys")**: Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- **Telmex do Brasil S.A. ("TdB")**: Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- **Claro Pay Holding S.A. ("Claro Pay Holding")**: Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").
- **Claro Pay S.A. - Instituição de Pagamento ("Claro Pay")**: Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. Em 21 de fevereiro de 2025 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo BACEN para funcionamento da controlada Claro Pay como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento.

#### Autorizações em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas diretas e indiretas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americal	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

#### Serviço Móvel Pessoal ("SMP"):

A controlada Claro possui autorizações para explorar o SMP por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos									
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	1900 - 2100 MHz ***	2500 MHz **	700 MHz	2300 MHz	3.5 GHz	26 GHz	5G
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Matto Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Matto Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Goiás	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Sergipe	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Espírito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Capital	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Interior	03/2028	03/2028	03/2028	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	-	04/2035	04/2035*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Maranhão	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041	12/2041

\* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

\*\* Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027, a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

\*\*\* Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho de 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

\*\*\*\* Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

#### Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância (STFC LD):

Em 26 de novembro de 2025, como resultado das tratativas conciliatórias desenvolvidas no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal ("CCAF") da Advocacia Geral da União ("AGU"), a Companhia celebrou, em conjunto com a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações ("MCOM") e com a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), o Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, com extinção de determinados litígios e definição de obrigações de manutenção e compromissos de investimento. O conteúdo do Termo de Conciliação, entre outros: (i) o encerramento dos Contratos de Concessão do STFC LD, com a sua adaptação para o Termo de Autorização; (ii) a realização de investimentos, na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iii) a manutenção do funcionamento de Telefones de Uso Público ("TUPs"), na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iv) a extinção de determinados processos administrativos e judiciais relacionados à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD; (v) a renúncia das pretensões, de parte a parte, de instaurar novos litígios para discussão de aspectos relacionados exclusivamente à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD, nos termos especificados no Termo de Conciliação, e (vi) a celebração, entre ANATEL e a CLARO de termo único de autorização de serviços ("Termo Único"), nos termos do art. 144-A, inciso IV, da LGT, que encerrará e substituirá os Contratos de Concessão do STFC LD e substituirá todos os instrumentos de autorização de serviços de telecomunicações detidos pelas prestadoras que integram o grupo econômico da Claro. Em 24 de dezembro de 2025, foi celebrado o referido Termo Único. A mencionada celebração do Termo de Conciliação, traz à Companhia os seguintes efeitos:

- **Bens reversíveis**: Os ativos essenciais e empregados para assegurar a continuidade da prestação do STFC LD deixaram de ser considerados bens reversíveis, passando a ser definitivamente mantidos sob posse e propriedade da Companhia e/ou de qualquer empresa do seu grupo econômico, sem que remanesça qualquer ônus ou restrição à sua livre disposição, fruição, uso e gozo.
- **Investimentos e manutenção**



Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

**CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**CNPJ: 07.043.628/0001-13**

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	2025		2024	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro				
Americe1 (1)		46,58%		46,58%
Claro Pay Holding	0,23%	99,77%		100,00%
Claro Pay		100,00%		100,00%
BrasilCenter	100,00%		100,00%	
iMusica LLC (EUA)	46,58%		46,58%	
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	41,93%		41,93%	
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	46,58%		46,58%	
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	46,58%		46,58%	
Claro NXT	60,96%	0,39%	61,03%	0,39%
Tvsat	60,96%		61,03%	
TdB	60,96%		61,03%	
ReCy	60,96%		61,03%	

(1) Conforme AGE ("Assembleia Geral Extraordinária") em 01 de julho de 2025, houve mudança de participação devido a aumento de capital pela controladora Claro na controlada Americe1 no montante de R\$9.736, com emissão de 177.614 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia e a acionista Telmax Solutions confirmam sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da controlada Americe1. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direções de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Novos pronunciamentos contábeis**

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado.

**Alterações no IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro**  
 Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em 30 de dezembro de 2024, por meio da Lei 15.079/2024, o Brasil introduziu o processo de adaptação das Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária - *GloBE (Global Anti-Base Erosion Rules)*, conceitos do Pilar 2 estabelecidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina a tributação mínima global da renda, instituindo o adicional de CSSL.

A Companhia realizou as análises dos eventuais impactos relacionados às alterações para o exercício final em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há necessidade de recolhimento do adicional, uma vez que atende aos limites previstos na norma e na legislação tributária pertinentes ao Pilar 2.

**Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis**  
 Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC, IASB, *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS") tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IFRS S1 (correlato ao CBPS 01): Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resoluções CVM 217/24 / 218/24: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgações relacionadas ao clima, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB e aprovadas pelo CBPS.	1º de janeiro de 2026
IFRS S2 (correlato ao CBPS 02): Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge do fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade.	1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Substituiu a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstas nas IFRS.	1º de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

**3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem a caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras que (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e expostos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins, vide Notas 4 e 23.

**3.3. Instrumentos financeiros**

**a) Ativos financeiros**

**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e partes relacionadas.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

**Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

**b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

**c) Passivos financeiros**

**Reconhecimento inicial e mensuração**

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, debêntures mútuos e passivos com partes relacionadas.

**Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

**Passivos financeiros a custo amortizado**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

**Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

**d) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.4. Contas a receber, líquidas**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação dos serviços. Incluem também serviços prestados e não faturados, até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites, cessão de meios, circuitos, compartilhamento de sites e acessórios, vide Nota 5.

**3.5. Transações em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 23. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

**3.6. Estoques**

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, vide Nota 6.

**3.7. Investimentos**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada e/ou controlada (quando aplicável) está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As mais/menos valias apuradas pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida são amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

**3.8. Imobilizado**

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, vide Nota 11.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**3.9. Arrendamento mercantil**

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

**Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

**Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável de exercê-la; opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

**PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento**

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

**3.10. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, vide Nota 12.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem, valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) dentre outros.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

**3.11. Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

b) Valor recuperável de ativos que não sejam ágio: os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. A avaliação é realizada individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

**Avaliação da recuperação do valor contábil**

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

**3.12. Tributação**

**Tributos correntes**

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos impostos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

**Tributos diferidos**

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados, referentes às recargas de celular já vendidas, são registrados como receita diferida do pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

**3.18. Subvenção e assistência governamentais**  
As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat mantêm registrada em reserva de incentivos fiscais benefícios decorrentes de subvenções e assistências governamentais que, em exercícios anteriores, resultaram na redução das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

**3.19. Resultado financeiro**  
Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

**3.20. Participações de não controlados**  
Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

**3.21. Resultado por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

**3.22. Mensuração do valor justo**  
A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
  - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.
  - O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.
- O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.
- A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.
- A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.
- Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:
- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
  - Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável;
  - Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.
- Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

**3.23. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**  
Julgamentos  
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Considerando, as fontes de incertezas relativas a essas premissas e julgamentos exercidos na preparação dessas estimativas, os resultados reais ocorridos em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis considerando suas experiências passadas e sua conjuntura econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

**Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos contabilmente dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade. Para mais detalhes, vide Nota 11.

**Tributos diferidos**  
A Companhia e suas controladas estão sujeitas a incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como à determinação do valor e do momento de realização de resultados tributáveis futuros. Diante disso, são constituídas provisões com base em estimativas para refletir eventuais impactos decorrentes de entendimentos divergentes por parte das autoridades fiscais.

A mensuração dessas provisões considera diversos fatores, incluindo a experiência obtida em auditorias fiscais anteriores e possíveis diferenças de interpretação entre a Companhia e o fisco. Tais divergências podem ocorrer em uma ampla gama de temas, dependendo das particularidades e das práticas fiscais vigentes nas jurisdições em que a Companhia e suas controladas operam.

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. Para mais detalhes, vide Nota 7.2.

**Provisões para contingências**  
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desempenho que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 16.

**Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego**  
O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Para determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 18.

**Receitas não faturadas**  
No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Além disso, há complexidade na gestão por período utilizado pela gestão para estimar as receitas reconhecidas, prestadas e ainda não faturadas, dada a diversidade de fontes de dados, fluxos de receitas e o número de sistemas envolvidos.

**Provisão para perdas de crédito esperadas**  
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando o vencimento dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

**Provisão para desmantelamento de ativos**  
A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme Incórrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	450	20	874.236	244.229
Equivalentes de caixa (1)	3.439	36.499	488.232	688.379
	3.889	36.519	1.362.468	932.608

(1) Inclui valores de aplicação financeira com a parte relacionada Inbursa no montante de R\$6.001 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R\$30.954 em 31 de dezembro de 2024 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 11,97%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras que são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 15,05% a.a. (12,23% em 31 de dezembro de 2024).

**5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços de voz, dados e outros	7.789.743	7.245.187
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.660.203	1.572.104
Administradoras estrangeiras	29.866	32.261
	9.479.812	8.849.552
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.422.103)	(1.451.925)
	8.057.709	7.397.627

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	7.034.200	6.191.636
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	909.046	1.175.716
De 31 a 60 dias	368.136	302.013
De 61 a 90 dias	232.545	208.182
Mais de 90 dias	935.885	972.005
	9.479.812	8.849.552

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	1.451.925	1.475.950
Provisão constituída	974.202	739.197
Reversão de provisão (1)	(1.004.024)	(763.222)
Saldo final	1.422.103	1.451.925

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

**6. ESTOQUES**

	Consolidado	
	2025	2024
Estoques de aparelhos para revenda	647.024	469.115
Material para manutenção de rede e assistência técnica	82.447	81.303
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	66.164	66.507
Outros	12.929	9.428
	808.564	626.353
Provisão para perdas em estoques	(69.941)	(71.359)
	738.623	554.994

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	71.359	72.769
Provisão constituída	68.921	65.012
Reversão de provisão (1)	(70.339)	(66.422)
Saldo final	69.941	71.359

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

**7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.553.647	1.410.528
Imposto de renda retido na fonte (2)	-	161	1.606.678	1.539.943
PIS/COFINS (3)	-	-	678.672	454.536
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.291	1.230	194.540	303.995
CPMF pago indevidu	-	12.276	-	12.276
Outros	1.291	13.667	41.119	51.269
	1.291	13.667	4.074.656	3.772.267
Circulante	-	-	866.317	861.579
Não circulante	-	-	13.270	3.208.339

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente constituído por créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

(3) Trata-se majoritariamente de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada e julgada em agosto de 2018, para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições das controladas Claro e AmericeL, com saldo de R\$371.340 em 31 de dezembro de 2025 (R\$355.124 em 31 de

dezembro de 2024).  
Em setembro de 2025 a controlada Claro reconheceu crédito de PIS e COFINS, no valor de R\$240.638, sobre custo de interconexão, decorrente de trânsito em julgado de ação judicial.

**7.2 Tributos diferidos, líquidos**  
O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	6.075.296	2.200.613	8.275.909	5.853.690	2.120.106	7.973.796
Provisão para perdas de crédito esperadas	623.792	224.565	848.357	623.195	224.350	847.545
Provisão para contingências	3.617.411	1.302.268	4.919.679	2.701.127	972.406	3.673.533
Tributos com exigibilidade suspensa	448.958	161.625	610.583	613.228	292.762	1.105.990
Plano atuarial	279.386	100.579	379.965	341.211	122.836	464.047
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	10.614	8.321	14.435	24.737	8.905	33.642
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	297.334	107.040	404.374	318.724	114.741	433.465
Outras diferenças temporárias	948.563	341.483	1.290.046	935.203	336.673	1.271.876
	12.301.354	4.441.994	16.743.348	11.611.115	4.192.779	15.803.894
Passivo fiscal diferido						
Plano atuarial	(93.925)	(33.813)	(127.738)	(93.925)	(33.813)	(127.738)
Agio em aquisições (2)	(1.043.165)	(363.620)	(1.406.785)	(877.387)	(303.940)	(1.181.327)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(807.258)	(290.613)	(1.097.871)	(729.705)	(262.694)	(992.399)
Depreciação acelerada (3)	(425.463)	(153.167)	(578.630)	(34.499)	(12.420)	(46.919)
Inovação tecnológica (4)	(89.886)	(32.359)	(122.245)	(114.383)	(41.178)	(155.561)
Variação cambial regime de caixa (5)	(437.822)	(157.616)	(595.438)	-	-	-
Outras diferenças temporárias	(113.100)	(40.716)	(153.816)	(113.773)	(40.958)	(154.731)
	(3.010.620)	(1.071.904)	(4.082.523)	(1.963.672)	(695.003)	(2.658.675)
	9.290.735	3.370.900	12.660.825	9.647.443	3.497.776	13.145.219

(1) As controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$612.693 em 31 de dezembro de 2025 (R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do agio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV ESC 90, B/TeL e Jonava.

(3) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018 e depreciação acelerada de seus ativos referentes a redes móveis da Jonava, incorporada pela controlada Claro. A partir do terceiro trimestre de 2025, as controladas Claro e Claro NXT passaram a excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a parcela correspondente à aceleração da depreciação de bens móveis do ativo imobilizado, quando utilizados de forma contínua em três turnos diários. Essa exclusão está respaldada por laudo técnico pericial, conforme previsto no artigo 323 do RIR/2018, com impacto de R\$546.888 no período.

(4) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

(5) Em 2025 a Companhia e suas controladas passaram a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664
Reconhecimento de tributo diferido (1)	144.847	52.145	196.992
Movimentações líquidas (2)	587.818	216.745	804.563
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.647.443	3.497.	



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>11. IMOBILIZADO</b>		
Vida útil estimada em anos		
Equipamentos de transmissão	3 a 25	27.217.704
Infraestrutura	5 a 30	4.726.707
Equipamentos de comutação	5 a 15	5.542.650
Prédios	10 a 25	1.135.441
Terrenos		451.402
Outros ativos imobilizados	5 a 25	446.161
Ajuste ao valor de realização		(6.165)
Imobilizado em andamento		2.998.976
<b>Imobilizado total (a)</b>		<b>42.512.876</b>
Equipamentos de transmissão	1 a 10	140.235
Prédios	1 a 9	80.016
Infraestrutura	1 a 26	12.618.402
Direito de uso em arrendamento (b)		12.838.653
<b>Imobilizado, líquido</b>		<b>55.351.529</b>

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>15. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS</b>		
Obrigações fiscais, líquidas		
FISTEL (1)		
IRPJ e CSLL		
FUST/FUNTEL		
ICMS		
ISS		
CIDE		
IRRF		
Outros		
<b>Total</b>		
Não circulante		
Circulante		

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>16. PROVISÕES</b>		
Natureza		
Contingências		
Tributárias		
Regulatórias, civis, consumidor e ambientais		
Trabalhistas		
<b>Total de provisões</b>		
Circulante		
Não circulante		

a) Movimentação do imobilizado

Equipamentos de transmissão	Infraestrutura		Equipamentos de comutação		Prédios Terrenos		Outros ativos imobilizados		Ajuste ao valor de realização		Imobilizado em andamento (1)		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
<b>Custo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>104.961.326</b>	<b>15.791.455</b>	<b>27.269.939</b>	<b>1.720.362</b>	<b>451.441</b>	<b>6.315.864</b>	<b>(1.760.457)</b>	<b>2.704.056</b>	<b>157.453.986</b>				
Adições	250.231	47.829	347	-	1	145.826	-	8.045.383	8.489.617				
Baixas	(754.146)	(45.567)	(12.413)	(1.496)	-	(27.274)	-	(93.253)	(934.149)				
Transferências	5.312.152	820.284	1.568.494	215.091	-	111.645	-	(8.027.666)	-				
<b>Custo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>109.769.563</b>	<b>16.614.001</b>	<b>28.286.367</b>	<b>1.933.957</b>	<b>451.442</b>	<b>6.546.061</b>	<b>(1.760.457)</b>	<b>2.628.520</b>	<b>165.009.454</b>				
Adições	216.464	40.478	24	-	-	92.627	-	8.543.461	8.893.054				
Baixas	(2.197.178)	(1.055.953)	(253.744)	(50.153)	(40)	(281.478)	-	(42.168)	(3.880.714)				
Transferências	5.526.975	828.168	1.353.873	303.451	-	118.370	-	(8.130.837)	-				
<b>Custo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>113.315.824</b>	<b>16.426.694</b>	<b>29.926.520</b>	<b>2.187.255</b>	<b>451.402</b>	<b>6.475.580</b>	<b>(1.760.457)</b>	<b>2.998.976</b>	<b>170.021.794</b>				

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS 16/CPC 06 (R2)

Equipamentos de transmissão	Prédios		Infraestrutura (1)		Total
	2025	2024	2025	2024	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>194.223</b>	<b>71.234</b>	<b>11.371.492</b>	<b>11.636.949</b>	
Adições, líquidas (2)	(17.379)	34.534	1.570.616	1.587.771	
Amortização do direito de uso	(39.496)	(34.088)	(2.416.151)	(2.489.735)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>157.348</b>	<b>71.680</b>	<b>10.525.957</b>	<b>10.734.985</b>	
Adições, líquidas (2)	54.869	41.240	4.739.374	4.835.483	
Amortização do direito de uso	(51.982)	(32.904)	(2.646.929)	(2.731.815)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>140.235</b>	<b>80.016</b>	<b>12.618.402</b>	<b>12.838.653</b>	

(1) Inclui valores com a parte relacionada TBSA no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- **Recitas**
- **Projetadas** com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.
- **Custos e despesas operacionais**
- **Projetados** com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.
- **Investimentos de capital**
- **Os investimentos em bens de capital** foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- **Taxa de desconto**
- Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).
- **Fluxos de caixa futuros**

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2025 de 3,55% a.a. (3,64% a.a. em 2024). A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>12. INTANGÍVEL</b>		
Licenças de outorga	5 a 20	5.460.818
Direito de uso de software	5	619.977
Ágio		7.103.390
Direito de uso de circuitos e de passagem	10 e 15	858.090
Carteira de clientes e outras licenças	5 e 6	556.502
Outros ativos intangíveis	5 a 12	3.033
Intangível em andamento		98.390
<b>Intangível, líquido</b>		<b>14.700.200</b>

Descrição	Consolidado					
	2025	2024				
<b>13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>						
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços						
Fornecedores diversos (1)						
Interconexão e roaming						
Cobilling						
Circulante						
Não Circulante						
(1) Inclui o montante de R\$850.157 (R\$608.120 em 31 de dezembro de 2024) referente aos termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP).						
<b>14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES</b>						
Moeda nacional						
Debêntures (a)						
Total da dívida						
Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:						
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.869.020</b>	<b>7.190.650</b>	<b>9.059.670</b>	<b>1.846.356</b>	<b>8.578.314</b>	<b>10.424.670</b>
Captação	7.000.000	(4.250.000)	(832.757)	966.898	10.424.670	
Juros pagos	1.021.046	(1.000.000)	(121.702)	100.656	-	
Provisão de juros	-	137.389	(137.389)	(158)	158	
Saldo em 31/12/2024	<b>8.561.575</b>	<b>7.137.389</b>	<b>(5.387.389)</b>	<b>(954.617)</b>	<b>1.067.712</b>	<b>10.424.670</b>

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>15. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS</b>		
Obrigações fiscais, líquidas		
FISTEL (1)		
IRPJ e CSLL		
FUST/FUNTEL		
ICMS		
ISS		
CIDE		
IRRF		
Outros		
<b>Total</b>		
Não circulante		
Circulante		

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>16. PROVISÕES</b>		
Natureza		
Contingências		
Tributárias		
Regulatórias, civis, consumidor e ambientais		
Trabalhistas		
<b>Total de provisões</b>		
Circulante		
Não circulante		

(1) Inclui valores com a parte relacionada TBSA no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- **Recitas**
- **Projetadas** com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.
- **Custos e despesas operacionais**
- **Projetados** com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.
- **Investimentos de capital**
- **Os investimentos em bens de capital** foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- **Taxa de desconto**
- Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).
- **Fluxos de caixa futuros**

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2025 de 3,55% a.a. (3,64% a.a. em 2024). A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
<b>17. CONTINGÊNCIAS</b>		
Contingências		
Tributárias		
Regulatórias, civis, consumidor e ambientais		
Trabalhistas		
<b>Total de contingências</b>		
Circulante		
Não circulante		

(1) Inclui valores com a parte relacionada TBSA no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- **Recitas**
- **Projetadas** com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.
- **Custos e despesas operacionais**
- **Projetados** com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.
- **Investimentos de capital**
- **Os investimentos em bens de capital** foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- **Taxa de desconto**
- Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).
- **Fluxos de caixa futuros**

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2025 de 3,55% a.a. (3,64% a.a. em 2024). A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a.2) ANATEL – Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

**Correção monetária**  
Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos que representam a melhor estimativa da Companhia de desembolso de caixa; se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor em discussão pode variar. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Claro constituiu provisão de R\$1.908.552 (R\$1.865.327 em 31 de dezembro de 2024).

**MMDS**  
Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.874, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI. Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo ponto fim às disputas objeto da ação judicial em comento, com o levantamento dos valores depositados a partir de 2017. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A demanda judicial permanece com relação a parte das empresas, que não firmaram acordo. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$107.957 como perda possível (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2024).

a.3) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC  
Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$174.628 (R\$269.115 em 31 de dezembro de 2024), integralmente classificado como possível (R\$47.099 provisionado em 31 de dezembro de 2024, revertido em 2025). A redução nos valores está relacionada ao Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, conforme Nota 1.

a.4) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP  
Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$850.157 (R\$483.026 de principal e R\$367.131 de atualização da Selic). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a probabilidade de perda dessas causas, conforme Nota 13.

**b) Contingências cíveis**  
Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.866.664, sendo R\$992.664 considerado como perda provável e R\$2.874.000 como possível (R\$4.351.372 dos quais R\$924.726 considerado como provável e R\$3.426.646 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

b.1) Disputa com terceiros  
A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$3.565.314, sendo R\$992.664 como perda provável (R\$924.722 em 31 de dezembro de 2024) e R\$2.572.650 como perda possível (R\$3.125.296 em 31 de dezembro de 2024). b.2) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e II da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda provável. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 como perda possível.

**c) Contingências consumidor**  
Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$498.403, sendo R\$57.942 considerado como perda provável e R\$440.461 como possível (R\$63.904 considerado como perda provável e R\$487.634 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

**d) Contingências ambientais**  
Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$156.582, sendo R\$6.691 considerado como perda provável e R\$149.891 como possível (R\$8.825 como perda provável e R\$178.559 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

**16.1.3 Contingências trabalhistas**  
Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$1.335.708, sendo R\$842.562 considerado como perda provável e R\$493.146 como possível (R\$811.229 como perda provável e R\$580.468 como possível em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências, destacamos: Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST, motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na TRD.

**16.2 Provisão para desmantelamento de ativos**  
As controladas Claro, Claro NXT, TdB e Amercel mantêm registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Essa capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$133.892 (R\$114.692 em 31 de dezembro de 2024). E o montante de R\$562.094 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de provisões não circulante (R\$500.223 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	500.223	456.012
Adições (baixas), líquidas	20.447	(5.743)
Atualização monetária	41.424	49.954
<b>Total</b>	<b>562.094</b>	<b>500.223</b>

**17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
**17.1. Condições gerais**  
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Certas transações (coblling, longa distância, venda de equipamentos, taxa cobrada pelo uso da marca "Claro" e outros), por possuírem características e condições únicas, não são comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 4, as aplicações financeiras incluem saldo com a parte relacionada Inbursa no montante de R\$6.001 com rendimento de R\$842 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R\$568 na controladora e R\$30.954 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de remuneração de 11,97%).

Conforme descrito na Nota 9, as aplicações financeiras em CDB pré-fixado no montante de R\$528.451 com rendimento R\$20.751 no consolidado, com taxa de juros prefixada de 13,61% a.a. estão mantidas com a parte relacionada Inbursa. Essas aplicações financeiras não possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Conforme descrito nas Notas 11.b e 19, as controladas possuem valores com a parte relacionada TBSA referente a contratos de arrendamento no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024) de ativo de direito de uso e R\$6.997.858 (R\$5.739.741 em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.

Conforme descrito na Nota 18, as controladas Claro, Claro NXT, TdB e Amercel mantêm registradas provisões para obrigações decorrentes de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embraer de Seguridade Social ("Telos").

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
			Receita	Receita
			(despesa)	(despesa)

AMX Argentina S.A.	(a)	76.446	7.583	143.128	-	242.190	203.692
América Móvil Colômbia, S.A.C.	(a)	248.706	15.111	75.727	-	471.447	419.308
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(a)	-	-	-	-	43.019	35.337
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	(a)	-	-	-	-	56.523	47.454
Compañía de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V.Y	(a)	-	-	-	-	36.355	33.835
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(a)	-	-	-	-	201.964	173.670
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A	(a)	-	-	-	-	66.535	56.933
Compañía Dominicana de Telefonos, S. A.	(a)	42.253	-	47.437	-	174.222	172.081
Puerto Rico Telephone Company	(a)	88.376	-	13.115	-	(59.200)	(58.326)
Amov Finance B.V. ("Amov Finance")	(b)	-	12.384.636	-	10.503.114	(1.685.728)	(1.558.409)
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("AMX International")	(b)	-	14.345.369	-	19.935.027	1.024.584	(5.445.369)
Olympic Plaza Holding N.V. ("Olympic Plaza")	(b)	-	1.306.956	-	1.321.733	(113.908)	(318.534)
América Móvil Perú	(b)	9.882	1	9.588	4	64.830	58.200
Procosa do Brasil Projetos e Construções	(b)	11	52.536	78	42.376	(264.177)	(207.785)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda	(b)	420	264.303	349	237.473	(757.818)	(652.386)
Telmex Solutions	(b)	17.302	1.561	14.937	-	2.728	1.912
TBSA	(b)	5.764	125.114	1.340	95.607	(1.785.401)	(1.679.182)
Outras partes relacionadas	(b)	72.861	187.593	56.897	428.680	(95.601)	(93.331)
		562.021	28.691.090	362.586	32.564.014	(2.377.434)	(8.810.900)
Circulante		437.951	810.597	334.114	688.690	-	-
Não circulante		124.070	27.880.493	28.472	31.875.324	-	-

(a) A controlada Claro e subsidiárias da América Móvil firmaram o contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida por cada subsidiária durante os trimestres e para a Colômbia durante os semestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

(b) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado		Variação cambial	Transferência	2024
					2023	2024			
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	7.466.232	-	562.754	2.157.545	- 10.186.531
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	3.865.927	-	205.535	1.106.054	- 5.177.516
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/03/2026	219.638	(237.703)	(2.757)	2.446	18.376
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	27/01/2028	121.082	(131.040)	(1.518)	1.349	10.127
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	121.081	(131.040)	(1.517)	1.349	10.127
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	28/02/2026	242.290	(271.926)	(5.920)	5.577	29.979
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	484.751	(561.159)	(13.912)	13.262	77.058
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	484.752	-	(18.037)	17.479	135.020
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.603.225	(1.404.979)	(184.151)	174.262	760.910 (3.945.060) 4.207
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	-	-	(153.660)	156.159	- 3.945.060 3.947.559
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	1.034.459	-	(31.260)	30.181	288.353 - 1.321.733
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	485.315	(503.343)	(3.913)	3.313	18.628 -
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	22/01/2026	242.259	(251.189)	(1.957)	1.651	9.236 -
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	23/02/2026	242.290	(251.189)	(2.177)	1.833	9.243 -
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,50%	15/03/2027	7.284.755	(3.658.888)	(679.403)	642.172	- 3.588.636
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,50%	15/03/2027	1.033.959	-	(125.162)	120.234	- 1.029.031
Claro	b.2)	Amov Finance	13,30%	24/01/2028	2.072.218	(563.893)	(211.939)	254.544	- 1.550.930
Claro	b.2)	Amov Finance	13,10%	03/02/2028	411.748	-	(56.735)	54.501	- 409.514
Claro	b.2)	Amov Finance	13,05%	17/02/2028	393.452	-	(54.008)	51.882	- 391.326
Claro	b.2)	Amov Finance	12,80%	29/03/2028	569.825	-	(76.729)	73.708	- 566.804
Claro	b.2)	Amov Finance	12,10%	26/04/2028	204.003	(148.452)	(71.848)	16.297	- -
Claro	b.2)	Amov Finance	11,67%	01/06/2028	405.591	(403.368)	(21.968)	19.745	- -
Claro	b.2)	Amov Finance	10,88%	15/08/2028	867.810	-	(99.414)	95.501	- 863.897
Claro	b.2)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.545.460	-	(167.652)	161.052	- 1.538.860
Claro	b.2)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	565.995	-	(70.655)	68.776	- 564.716
					34.968.117	(8.518.169)	(2.056.292)	2.735.562	4.630.656 - 31.759.874

(1) Taxa média  
(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado		Variação cambial	Transferência	2025
					2024	2025			
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	10.186.531	-	515.617	(1.141.445)	- 9.560.703
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	5.177.516	-	186.619	(579.142)	- 4.784.993
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	619.214	(574.343)	(2.700)	2.574	(44.745)
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.207	(3.892)	(25)	24	(314)
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	3.947.559	-	(38.727)	36.229	- (3.945.061)
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	14,85%	11/03/2035	-	-	(463.791)	546.784	- 3.945.061 4.028.054
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.321.733	-	(2.620)	2.370	- (63.813) (1.257.670)
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	14,85%	28/01/2026	-	-	(126.066)	175.352	- 1.257.670
Claro	b.2)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.029.031	(603.471)	(99.867)	108.151	- 433.844
Claro	b.2)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.588.636	(102.648)	(346.619)	407.761	- 3.547.130
Claro	b.2)	Amov Finance	13,30%	24/01/2028	1.550.930	(1.031.638)	(140.478)	153.643	- 532.457
Claro	b.2)	Amov Finance	13,10%	03/02/2028	409.514	(45.268)	(50.796)	-	- 255.192
Claro	b.2)	Amov Finance	13,05%	17/02/2028	391.326	(391.043)	(20.929)	20.646	- -



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Inflação projetada (i)	Fluxo de caixa (valor presente)	Fluxo com projeção de inflação
2026	4,17%	3.806.601	3.965.336
2027	3,80%	3.105.190	3.223.187
2028	3,50%	2.469.284	2.555.709
2029	3,50%	1.868.213	1.933.600
Posterior a 2029	3,50%	3.836.429	3.970.704
<b>Total</b>		<b>15.085.717</b>	<b>15.648.536</b>

(i) A inflação projetada é demonstrada para fins de cálculos do fluxo de caixa, conforme tabela acima. A fonte considerada é o relatório Focus do Banco Central.

### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**  
Em 14 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 47.723.836.623, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pela Amov I, S.A. de C.V. e integralizadas em moeda corrente nacional. As novas ações conferem os mesmos direitos e têm as mesmas características e restrições das demais ações de mesma espécie de emissão da Companhia, e participam de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que venham a ser declarados pela Companhia a partir da data de 14 de junho de 2024.  
Em 29 de dezembro de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$7.483.889 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de (i) R\$1.500.000 oriundos da conta dos lucros apurados pela Companhia entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025; (ii) R\$331.323 provenientes da reserva legal da Companhia; e (iii) R\$5.652.565 provenientes da reserva de lucros da Companhia, conforme apurados no balanço intermediário da Companhia com data-base de 30 de novembro de 2025.  
Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$19.201.303 (R\$11.717.414 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 251.307.342.891 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) **Reservas de lucros**  
1. **Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.  
A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.  
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu a reserva legal de R\$123.074.  
c) **Dividendos mínimos obrigatórios**  
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.  
Em 29 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$16.501, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a subsequente reversão do referido valor de dividendos mínimos obrigatórios para a Reserva de Lucros a Realizar em função da limitação financeira da Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$23.384.  
d) **Outros resultados abrangentes**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos atuariais no montante de R\$57.032 (ganhos atuariais no montante de R\$88.740 em 31 de dezembro de 2024) e reflexo de ganho de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$804 (ganho de variação cambial de R\$1.664 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.461.484	2.461.484
Constituição da reserva legal	(123.074)	(123.074)
Dividendos mínimos obrigatórios	(23.384)	(23.384)
Aumento de capital	(1.500.000)	(1.500.000)
Constituição de lucros a realizar	(815.026)	(815.026)
<b>f) Resultado por ação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>

	2025	2024
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	2.461.484	(642.507)
Denominador (por lote de mil ações):	251.307.343	229.662.106
Média ponderada do número de ações ordinárias		
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:	0,00979	(0,00280)

	2025	2024
Receita bruta de serviços	59.152.543	55.795.906
Receita bruta de aparelhos	4.358.820	3.627.749
Deduções de vendas:		
Tributos	(10.462.189)	(9.528.251)
Descontos	(1.218.839)	(961.689)
Devoluções	(18.255)	(18.819)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>51.812.080</b>	<b>48.914.896</b>

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Despesas comerciais	(29.451.984)	(28.490.155)
Despesas gerais e administrativas	(4.197.739)	(3.695.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.747.409	1.270.684
<b>Resultado líquido</b>	<b>(11.104.334)</b>	<b>(10.900.339)</b>
Depreciação e amortização	(12.678.938)	(12.512.379)
Mão de obra própria	(5.050.835)	(4.649.461)
Interconexão	(1.315.015)	(1.441.105)
Canais de conteúdo	(3.895.345)	(3.925.450)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.837.694)	(2.725.222)
Taxas e contribuições	(1.666.070)	(1.666.048)
Alugueiros	(228.895)	(180.536)
Publicidade	(203.606)	(110.223)
Perda com recebíveis (1)	(902.912)	(833.072)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	143.243	(255.151)
<b>Resultado líquido</b>	<b>(41.103.862)</b>	<b>(39.673.998)</b>

(1) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

	2025	2024
Juros sobre tributos e outros	76	2.029
Receita de aplicação financeira	2.902	1.896
Outras receitas financeiras	-	-
Variações cambiais, líquidas	2.978	3.925
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>6.856</b>	<b>7.850</b>
Juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	-	(115.468)
Atualização de contingências e depósitos judiciais	-	(8)
Juros sobre tributos	(6.590)	(8.752)
Arrendamentos	-	(1.469.213)
Outras despesas financeiras	(5.996)	(196)
Variações cambiais, líquidas	-	-
Variações monetárias, líquidas	(12.586)	(124.424)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(9.608)</b>	<b>(120.499)</b>

24. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS**  
A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2025	2024
Corrente	(459)	-
Imposto de renda	(537)	-
Contribuição social	(996)	-
Diferidos	-	-
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(1.992)</b>

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$802.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.378.242 em 31 de dezembro de 2024), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.462.480	(642.507)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(837.243)	218.452
Ajustes para cálculo do crédito tributário:		
Equivalência patrimonial	840.588	(177.247)
Perdas com recebíveis	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos (1)	(3.345)	(41.205)
Tributos diferidos reconhecidos no exercício (2)	-	-
Lucro da exploração	-	-
Atualização Selic de indébitos	(996)	-
Outras adições (exclusões) (3)	(996)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(996)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(996)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(996)	-
Taxa efetiva	N/A	N/A

(1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, sem perspectiva de recuperação.  
(2) Em 31 de dezembro de 2025, as controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$612.693 (R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024).  
(3) Em 2025 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Oscar von Hauske Solis - Presidente Roberto Catalão Cardoso - Membro Titular Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Membro Titular	José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente Roberto Catalão Cardoso - Diretor de Relações com Investidores	Ricardo Basso Gaião Gerente de Contabilidade - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da Claro Telecom Participações S.A.  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".  
Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.  
**Provisões para contingências tributárias**  
Por que é um PAA  
Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita à fiscalização das autoridades competentes e é parte em processos administrativos e judiciais, no curso normal de suas atividades, relacionados a contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, exerce julgamento significativo na avaliação da necessidade de reconhecimento de provisões e das divulgações requeridas relativas aos processos administrativos, judiciais e demais passivos contingentes. Tais julgamentos envolvem incertezas relevantes quanto às premissas utilizadas para estimar a probabilidade de perda e a mensuração dos potenciais desembolsos futuros de caixa. Ademais, a complexidade do ambiente tributário, bem como eventuais mudanças nas condições externas e no entendimento das autoridades fiscais, pode impactar de forma significativa os valores reconhecidos e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Em razão da relevância dos montantes envolvidos e do grau de julgamento requerido, consideramos esse assunto um assunto principal em nossa auditoria.  
**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento obtido por meio de indagações à Diretoria e a seus assessores legais acerca dos processos em andamento, dos riscos associados e dos controles internos implementados pela Diretoria; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados às contingências tributárias, incluindo a execução de testes de efetividade sobre esses controles; (iii) envio, em bases amostrais, de cartas de confirmação diretamente aos assessores jurídicos externos da Companhia, com o objetivo de obter o prognóstico das causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada processo e realizar o confronto dessas informações com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2025; (iv) obtenção de representações formais dos executivos da Companhia; e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.  
Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para as provisões para contingências tributárias, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.  
**Reconhecimento da receita**  
Por que é um PAA  
O reconhecimento da receita da Companhia é suportado por um volume significativo de controles de tecnologia da informação e sistemas, com o objetivo de assegurar que as receitas decorrentes da prestação de serviços sejam mensuradas de forma apropriada e reconhecidas no período contábil correto, incluindo aquelas referentes a serviços prestados e ainda não faturados. As políticas contábeis aplicáveis e os critérios adotados para o reconhecimento da receita estão divulgados na nota explicativa nº 3.17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.  
O processo de reconhecimento de receita é considerado complexo em razão, principalmente, do elevado volume de transações, da significativa dependência dos sistemas de informação utilizados e da necessidade de assegurar a integridade dos relatórios utilizados para o processamento, o faturamento e a contabilização das receitas.  
Devido à relevância dos valores envolvidos e à complexidade operacional do processo requerido na mensuração e no reconhecimento das receitas, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.  
**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) obtenção de entendimento do processo de reconhecimento de receita e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes, incluindo controles gerais e automatizados de tecnologia da informação; (b) execução de testes de efetividade dos controles automáticos e manuais considerados relevantes para o processamento, o faturamento e a contabilização das receitas, bem como

Com a Claro,  
você se  
conecta +  
com o que ama.

Eu  o novo

## CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13

Claro

★ continuação

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

incluindo a inspeção de contratos, faturas e demais documentos-suporte; (d) avaliação dos critérios e das premissas utilizados pela Administração para a mensuração da receita de serviços prestados e ainda não faturados ao final do período; e (e) avaliação da adequação das divulgações relacionadas ao reconhecimento de receita apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que os critérios adotados pela Administração, os controles internos implementados e as divulgações relacionadas ao reconhecimento da receita são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador - CRC n° 1 SP 276957/O-4

Deloitte

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 26/03/2026

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/CLARO1588387326032026.pdf>

Hash: 17744775605891a7ada9254bfd2aba5c59de3b